

Plan. Brasil - 4 DEZ 1993

Empresários evitam os riscos

JORNAL DE BRASÍLIA

Cautelosos, aguardam anúncio do plano para investir

São Paulo — Um dos maiores desafios que o plano de estabilização econômica do ministro Fernando Henrique Cardoso vai enfrentar é o de inspirar confiança nos meios empresariais. Cautelosos, os agentes econômicos já estão adotando uma atitude conservadora em relação ao próximo ano, considerado ainda como um período de incerteza. “O objetivo não é mais maximizar o lucro, mas evitar riscos e minimizar custos”, afirma Antônio Carlos Borges, superintendente técnico da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

O mercado espera medidas fortes no anúncio previsto para a próxima terça-feira pelo Ministério da Fazenda. “A expectativa é de que o Governo corte ou se adapte as suas despesas sem criar um forte agravamento de aumento de impostos”, assinala Armando Fernandes Júnior, vice-presidente executivo do Bradesco S.A.. “O Governo tem de demonstrar que quer resolver o problema da economia com medidas duras e a sociedade tem de compreender isso”, comenta Fernandes.

Para o vice-presidente do Bradesco, há disposição de colaborar com o ministro Fernando Henrique Cardoso, “desde que o plano seja realmente algo para resolver o problema”.

De acordo com Borges, da Federação do Comércio, os empresários “estão vacinados contra experiências no campo econômico” semelhantes às realizadas no período da ministra Zélia Cardoso de Mello. Desconfiança à parte, o programa, que vem sendo apresentado nos últimos dias em doses homeopáticas, só pode ter sucesso se o Governo receber garantias de que vai poder realizar o ajuste.

Borges considera que a redução de gastos públicos prevista em US\$ 22 bilhões terá um impacto significativo nos repasses para os estados e municípios, gerando pressões políticas que podem inviabilizar os cortes, “a menos que um grande acordo tenha sido costurado para que o Governo possa implementar o ajuste fiscal”, avalia.

As escolhas que o Ministério da Fazenda fizer serão indicadores dos rumos da política econômica a ser adotada e podem despertar o otimismo ou a desconfiança dos agentes econômicos. Um exemplo disso, cita Borges, é a questão da Unidade de Conta ou Unidade de Referência, que pode ter seu lastro em dólar ou em títulos da base monetária. Se a opção for lastreamento cambial, o plano ganharia em confiabilidade porque a variação ficaria ao sabor do mercado. Um índice baseado em títulos públicos abriria margem para a suspeita de manipulação de índices, assinala.

O setor agrícola, no entanto, tem receio de que a Unidade de Conta fixada em dólar possa representar um risco para os produtores que têm um terço de sua renda atrelada ao câmbio, parcela equivalente a cerca de US\$ 15 bilhões por ano, segundo Pedro de Camargo Neto, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB). No começo do ano realiza-se a colheita da safra de grãos da região Centro-Sul e os preços da soja, laranja e café são cotados em dólar. Camargo Neto teme que o Governo possa “desperdiçar as reservas que o Brasil tem para manipular o câmbio”, mas destaca um ponto positivo: “Pelo que escutei e li, o plano, aparentemente, não tem nada de heterodoxo”.